

Cronologia de acontecimentos: Portugal 1640-1974

1640

Restauração da Independência (1 de Dezembro). D. João IV aclamado Rei de Portugal.
Início da Guerra da Restauração que opõe Portugal a Espanha.

1641

Início da publicação da *Gazeta* “da Restauração” (Novembro), com alvará concedido a Manuel de Galhegos.
Iniciativas diplomáticas e tratados de aliança com França, Suécia e Holanda.
Holandeses conquistam territórios portugueses no Brasil, extremo-orient e África, num movimento que continuará nos anos seguintes.

1642

Lei de 19 de Agosto proíbe a impressão de gazetas com notícias do Reino ou do estrangeiro. A *Gazeta* interrompe a publicação, mas retornará mais tarde sob a designação de *Gazeta de Novas Fora do Reino*.
João Franco Barreto, por alvará régio de 29 de Julho de 1642, tem licença para “traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas”.
Renovação da aliança com Inglaterra.
Abolição dos monopólios reais nas Índias e Guiné.
Holandeses conquistam Axém.
[Início da Guerra Civil Inglesa, que terminará com a execução do Rei Carlos I.]

1643

Revalidação das *Ordenações Filipinas* mantém, para o caso da imprensa, o sistema de licenciamento, taxas e censura prévia, civil e eclesiástica.

1644

Batalha do Montijo, que termina com um resultado incerto para portugueses e espanhóis, motiva Luís Marinho de Azevedo a escrever *Apologia Militar en Defesa de la Victoria de Montijo Contra las Relaciones de Castilla, y Gazeta de Genova, que la Calumniaron Mordaces, y la Usurpan Maliciosas*, primeira reflexão conhecida sobre jornalismo da autoria de um português.
Cerco espanhol a Elvas.
Início da insurreição contra os holandeses no Brasil.

1647

Término da publicação da *Gazeta* “da Restauração”.
Tentativa de regicídio.
Criação da Aula de Fortificações e Arquitectura Militar.
Comerciantes ingleses beneficiados no comércio com Portugal.
Portugal passa à ofensiva declarada no Brasil e em África, para desalojar os holandeses. Reconquista de Luanda e de São Tomé e Príncipe.

1653

Reconquista de Pernambuco aos holandeses.

1654

Tratado de Paz e Aliança com a Inglaterra.

Expulsão definitiva dos holandeses do Brasil. Continuam os conflitos ultramarinos com os holandeses.

1655

Tratado de Aliança com a França.

1656

Morte de D. João IV. D. Afonso VI é aclamado Rei, sob a regência de D. Luísa de Gusmão.

Bloqueio do Tejo pelos ingleses.

Fundação da Companhia de Cacheu e Rios da Guiné inicia, no Portugal Restaurado, uma época de criação, reorganização e extinção de companhias monopolistas.

1657

Perda de Olivença para Espanha.

Nacionalização da Companhia Geral de Comércio para o Brasil.

1659

Batalha das Linhas de Elvas.

1661

Tratado de paz com a Holanda não interrompe as hostilidades no ultramar.

Espanha invade o Alentejo.

1662

Golpe de Estado.

1663

Início da publicação do segundo periódico português, o *Mercúrio*.

Legislação sobre licenças para obras que envolvam “coisas de Estado” ou “reputação pública”.

O exército espanhol chega a Évora e a Alcácer do Sal. Batalha do Ameixial termina com vitória portuguesa.

1664

Batalha de Castelo Rodrigo

1665

Batalha de Montes Claros.

1667

Abdicação de D. Afonso VI. Regência de D. Pedro.

Tratado de Aliança com a França.

1668

Tratado de paz com a Espanha e reconhecimento da Independência de Portugal e da Casa de Bragança. Portugal perde Ceuta.

1669

Tratado de Paz com a Holanda.

1672

Lei pragmática contra o luxo.

Legislação anti-judaica e início de perseguições aos cristãos-novos, que durarão vários anos.

1673

A ilha de Santa Helena passa para a posse de Inglaterra.

1678

Política de desenvolvimento manufactureiro. Chegam artífices estrangeiros para virem ensinar novos ofícios aos portugueses.

Política de exportação de vinho, especialmente Vinho do Porto, para Inglaterra.

1680

Fundação da Colónia de Sacramento marca uma nova tentativa de expansão ultramarina portuguesa para o sul da América-Latina.

1682

Fundação da Companhia Negreira do Pará e Maranhão.

1683

Morte de D. Afonso VI. D Pedro II é aclamado Rei.

1684

Lei de defesa e protecção dos escravos.

1697

Descoberta de ouro no Brasil.

Franceses ocupam o Amapá, no Brasil.

1699

Chega a Portugal o primeiro carregamento de ouro do Brasil.

Franceses atacam Bissau.

1701

Tratado de Aliança entre Portugal e Espanha.

Tratado de Aliança com França.

1703

Portugal rompe com Espanha e França e alia-se à Inglaterra e à Holanda.

Tratado de Methuen.

Forças hispano-francesas invadem Portugal, mas são rechaçadas.

1706

Portugal invade Espanha, numa tentativa de fazer aclamar Carlos II como Rei de Espanha. As forças portuguesas chegam a Madrid.

Morte de D. Pedro II. D. João V é aclamado Rei.

1707

Batalha de Almansa. Portugal, derrotado, retira de Espanha.

Guerra dos Emboabas.

1709

Lei proíbe emigração para o Brasil.

1710

Luta pela posse do Rio de Janeiro opõe franceses e portugueses. Batalha naval.

Guerra dos Mascates.

1711

Decreto proíbe que os navios estrangeiros comerciem nos portos brasileiros excepto quando integrados em frotas comerciais.

Ataques de corsários franceses ao Rio de Janeiro.

Batalha do Caia.

Carta Régia proíbe emigração para o Brasil.

1712

Franceses e espanhóis atacam Campo Maior.

1713

Tratado de Utreque e armistício com a França.

1715

Início da publicação da *Gazeta de Lisboa*.

1717

Batalha de Matapan.

Construção do Convento de Mafra.

Construção da biblioteca da Universidade de Coimbra.

Fundação da Academia Portuguesa.

1718

Início da publicação da *Gazeta de Lisboa Ocidental*.

1720

Fundação da Academia Real de História.

Lei proíbe emigração para o Brasil.

1721

Lei de protecção ao património arqueológico português.

1724

Instalação da Feitoria Inglesa no Porto.

1725

Corte de relações com a França.

1728

Corte de relações com a Santa Sé.

1730

Restabelecimento das relações diplomáticas com a França.

Holandeses abandonam Moçambique.

1734

Ameaça de guerra com Espanha.

1737

Tratado de paz entre Portugal e Espanha.

1742

Instalação da primeira máquina a vapor a funcionar em Portugal. Política de desenvolvimento industrial.

1750

Morte de D. João V. D. José I é aclamado Rei.

Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, é nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros.

Tratado de Madrid sobre as fronteiras ibéricas.

1755

Fundação da Junta do Comércio.

Terramoto de Lisboa. O (futuro) marquês de Pombal assume a reconstrução da cidade.

1756

Criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

1757

Motins no Porto contra a Companhia das Vinhas do Alto Douro.

Fundação da Arcádia Lusitana.

1758

Liberdade de comércio com Angola e Moçambique.

Declaração da liberdade de todos os índios brasileiros.

Atentado contra D. José I. Prisão dos Távoras.

1759

Execução dos Távoras por tentativa de regicídio. Confisco dos bens da família a favor do Estado.

Expulsão dos jesuítas.

Reforma do ensino e criação da Aula de Comércio.

1760

Sebastião José de Carvalho e Melo é agraciado com o título de conde de Oeiras.

Rompimento de relações com a Santa Sé.

1761

Publicação da *Gazeta Literária*.

Portugal não adere ao Pacto de Família.

Abolição do tráfico de escravos para a metrópole e da escravatura na metrópole.

Fundação do Real Colégio dos Nobres.

1762

Guerra Fantástica entre Portugal e Espanha. Espanha recebe auxílio de França.

Fundação da Real Escola Náutica.

1763

Tratado de paz entre Portugal e Espanha.

Início da publicação do *Hebdomário Lisbonense*, jornal noticioso.

1768

Fundação da Imprensa Régia.

Instituição da Real Mesa Censória.

1769

Sebastião José de Carvalho e Melo é agraciado com o título de marquês de Pombal.

1770

Reatamento das relações com a Santa Sé.

1771

Edital precisa o artigo 9º da Lei de 5 de Abril de 1768 sobre a criação da Real Mesa Censória. Real Mesa Censória passa a controlar o ensino.

Terminam oficialmente os autos-de-fé (embora o último só tivesse lugar em 1781, em Coimbra).

1772

Reforma da Universidade.

Organização do ensino primário público.

Reforma da Inquisição.

1773

Termina a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos.

Dissolução dos jesuítas em Portugal.

1774

Decretada igualdade de direitos entre habitantes da Índia e do Continente.

1776

[Declaração da Independência dos Estados Unidos. Guerra da Independência dos EUA.]

1777

Morte de D. José I. D. Maria I é aclamada Rainha de Portugal e com a sua ascensão ao trono termina o período pombalino.

D. Maria I concede um perdão régio aos marqueses de Távora e Alorna.

No período pombalino criaram-se quinze periódicos, três deles noticiosos (*Hebdomário Lisbonense*, *Lisboa e Gazeta Extraordinária de Londres*, traduzido) e os restantes culturais, científicos e de divulgação de ideias, sendo o mais importante destes a *Gazeta Literária*.

1778

Inquisição persegue intelectuais.

Compra de máquina a vapor inglesa.

Surge o *Com Privilégio Real*, primeiro jornal português de economia e comércio.

1779

Fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (abertura em 1780).

Fundação da Academia Real de Marinha.

Inauguração do Observatório Astronómico de Coimbra.

1780

Criação da Aula de Desenho e Debuxo do Porto.

1781

Decreto estabelece a censura de papéis, folhas volantes e temporárias, nacionais e estrangeiros.

O marquês de Pombal, detestado pela Rainha, é julgado e condenado a desterro. Morrerá no ano seguinte.

Absolvição da memória dos Távoras.

[Fim da guerra da independência nos Estados Unidos]

1784

Criação da Real Mesa da Comissão Geral da Censura, depois abolida pela criação da Junta da Directoria e Estudos das Escolas do Reino.

1785

Proibição de criação de indústrias no Brasil.

1787

Inauguração do Observatório Astronómico da Academia das Ciências.

1789

Inconfidência Mineira. O Brasil, revoltado com as políticas que constroem o seu desenvolvimento, começa a desenvolver um sentimento independentista.

[Revolução Francesa]

1790

Criação das primeiras escolas reservadas ao sexo feminino.

Fundação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho.

Fundação da Nova Arcádia Lusitana.

Surge o *Correio Mercantil*, jornal especializado em economia.

1792

Face aos problemas mentais da Rainha, o príncipe herdeiro D. João, futuro Rei D. João VI, assume o governo do país.

Política de desenvolvimento das infra-estruturas de comunicações e das minas.

1793

Portugal entra na coligação contra a França revolucionária.

Fim das qualificações e denominações dos cristãos-novos.

1794

Portugal participa na campanha do Rossilhão.

1796

Fundação da Real Biblioteca Pública.

Alvará regulamentador da imprensa.

1797

Instituição dos Serviços (regulares) de Correio.

1798

Inconfidência Baiana, no Brasil. Fortalece-se o sentimento independentista brasileiro.

Terminada a construção de estradas de Lisboa a Coimbra e do Porto a Guimarães.

1799

Início do serviço regular de diligência entre Lisboa e Coimbra.

Regência oficial do príncipe D. João.

1801

Inconfidência Pernambucana, no Brasil.

Espanha invade Portugal e toma Olivença.

1802

Fundação da loja maçónica do Grande Oriente Lusitano.

1803

Reafirmação de que os papéis, folhas volantes, etc., nacionais ou estrangeiros, sejam sujeitos a censura.

Decreto dá privilégios à Imprensa Régia.

Aviso acerca da censura e licenciamento de papéis periódicos da Imprensa Régia.

Edital de polícia acerca de “papéis e livros ímpios”.

Avisos sobre a impressão de papéis volantes.

1805

Legislação obriga à remessa para a Real Biblioteca da Corte de um exemplar de todos os papéis impressos no Reino.

1806

Napoleão decreta o Bloqueio Continental aos ingleses, a que Portugal não adere.

1807

Portugal é intimado a fechar os portos à Inglaterra.

Tratado de Fontainebleau entre a França e a Espanha estabelece a divisão de Portugal entre esses dois países.

Primeira invasão francesa. Cumprindo o plano acordado com os britânicos, a Família Real foge para o Brasil e a corte instala-se no Rio de Janeiro, que se torna capital do Reino, ficando Portugal reduzido à condição de uma espécie de colónia do Brasil.

Surgem periódicos clandestinos anti-franceses (como o *Jinó*, o *Maneta*, etc.).

Surge o primeiro periódico feminino em Portugal, *O Correio das Modas*.

1808

Abertura dos portos brasileiros ao comércio com Inglaterra.

Revoltas em Portugal contra as tropas de ocupação francesas.

Desembarque do Exército Britânico em Portugal, sob o comando de Wellesley, duque de Wellington, futuro carrasco de Napoleão em Waterloo.

Derrota dos franceses nas batalhas da Roliça e Vimeiro. Os invasores abandonam o país.

Criação do Banco do Brasil.

Lei autoriza a industrialização do Brasil.

Publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Criação, no Rio de Janeiro, da Mesa do Desembargo do Paço e Consciência e Ordens.

Decreto regulando a Impressão Régia no Brasil.

Início do primeiro período de explosão do jornalismo em Portugal. Publicação de jornais como o *Leal Português*, anti-francês, e o *Minerva Lusitana*, igualmente anti-francês. O *Minerva Lusitana* ter-se-á tornado diário, o que lhe daria o título de primeiro jornal diário português.

1809

Segunda invasão francesa.

Instituição de um governo inglês de crise em Portugal, liderado por Beresford, autorizado pelo príncipe D. João.

Vários diários portugueses iniciam a publicação e outros reconvertem-se em diários (*Diário Lisbonense*, edição diária do *Correio da Tarde*, edição diária da *Gazeta de Lisboa*, *Novo Diário de Lisboa*, *Jornal de Lisboa O Mensageiro*, etc.).

1810

Tratado comercial entre Portugal e a Inglaterra.

Terceira invasão francesa. Os franceses são derrotados no Buçaco, mas prosseguem a marcha para Lisboa.

Inauguração da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Perseguições aos liberais e afrancesados. Setembrizada (alegada conspiração liberal leva à prisão de 50 personalidades portuguesas nos Açores).

Início de um período de diminuição do número de jornais devido aos crescentes constrangimentos colocados à imprensa após a saída do invasor. Exilados liberais publicam jornais no estrangeiro, que fazem entrar clandestinamente em Portugal (como o *Correio Brasiliense*, que tinha iniciado a publicação em 1808).

Construção das Linhas de Torres Vedras, fortificações defensivas no caminho para Lisboa.

Primeiras reacções contra a governação inglesa de Portugal, que privilegiava os britânicos em detrimento dos portugueses.

Ordem para se riscarem as fórmulas e títulos impostos pelo invasor dos papéis públicos.

Edital de polícia contra a circulação de papéis sediciosos.

1811

Os invasores franceses retiram definitivamente de Portugal. Wellington persegue-os até Toulouse, onde travará, em 1814, a última batalha da Guerra Peninsular, ao mesmo tempo que Napoleão era deposto e os exércitos aliados entravam em Paris.

No rescaldo das invasões francesas, Portugal, roubado por franceses, espanhóis e ingleses e reduzido a uma espécie de colónia brasileira, encontra-se quase falido e sujeito a uma governação estrangeira (Beresford governará até 1820). Proibição de entrada no país dos periódicos *Correio Braziliense* e *O Observador Português em Londres*, tidos por sediciosos.

1812

Primeiro pedido formal de regresso da Família Real a Portugal.

1815

O Brasil é elevado à categoria de Reino pela Carta de Lei que cria o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

1816

Morte de D. Maria I. D. João VI é Rei.

Beresford obtém do Rei mais poderes para governar Portugal.

1817

Revolta em Lisboa contra o domínio britânico em Portugal e pela instituição de um regime liberal termina com a execução dos líderes dos revoltosos naquele que hoje é conhecido por Campo dos Mártires da Pátria. O cabecilha do golpe, general Gomes Freire de Andrade, é o único a ser executado no forte de São Julião da Barra.

Ocupação de Montevideu por tropas portuguesas.

1818

Aclamação formal de D. João VI como Rei de Portugal.

Fundação do Sinédrio, grupo de conspiradores liberais do Porto.

1820

Criação de Comissão de Censores para a aprovação de licenças de impressão.

Cessa a suspensão sobre a entrada de periódicos escritos em português editados no estrangeiro. Inicia-se um segundo período de expansão da imprensa portuguesa, por todo o país e de todas as tendências, como *O Independente* (liberal, surgido em 1821 pela mão de Fernandes Tomás; o *Astro da Lusitânia*, que se tornou o jornal mais lido no país; ou a *Gazeta Universal*, antiliberal, do padre José Agostinho de Macedo)..

Portaria com instruções sobre a forma de proceder à censura de periódicos e folhas volantes.

Responsabilização dos redactores dos periódicos pelos ataques e insultos feitos a particulares.

Revolução Liberal no Porto e constituição da Junta Suprema de Governo do Reino. Deposição de Beresford.

Realização das primeiras eleições em Portugal.

1821

Reunião das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.

Abolição do tribunal do Santo Ofício.

Fundação do primeiro banco português, o Banco de Lisboa.

Regresso de D. João VI a Portugal.

Decreto de suspensão da censura prévia até posterior legislação (2 de Março).

Primeira Lei de Liberdade de Imprensa (4 de Julho). Segue-se-lhe um decreto com as disposições finais dessa Lei (17 de Dezembro).

Constituição de um tribunal especial para delitos de imprensa (19 de Dezembro).

1822

Publicação da primeira Constituição Portuguesa. A Constituição assegura a liberdade de imprensa.

O Brasil declara a independência.

Aditamento à Lei de Imprensa responsabiliza o editor e o impressor por artigos de autores pronunciados anteriormente por delito de abuso de liberdade de imprensa (Janeiro).

Carta de Lei de 21 de Junho de 1822 cria um tribunal especial para protecção da liberdade de imprensa.

Ordem de remessa para a Biblioteca Nacional de um exemplar de todos os escritos impressos em oficina tipográfica.

Prescrição das penas para pessoas que venderem, publicarem ou espalharem escritos em língua portuguesa impressos no estrangeiro que ataquem o Estado.

1823

Tratado de paz entre Portugal e o Brasil.

Golpe de estado absolutista da Vila-Francada.

Criação da Comissão de Censura (12 de Junho).

Proibição de assinatura de periódicos escritos em português e impressos no estrangeiro (13 de Novembro).

1824

Diploma restabelece a Censura Prévia e revoga a lei de Liberdade de Imprensa de 1821 (6 de Março).

Golpe de Estado absolutista (Abrilada).

Exílio de D. Miguel em Viena.

Revogação da Lei dos Forais.

1825

Reconhecimento da independência do Brasil.

Fundação das Escolas Régias de Cirurgia e Medicina de Lisboa e Porto.

1826

Morte de D. João VI. Regência da Infanta D. Isabel Maria.

D. Isabel Maria ordena à Mesa do Desembargo do Paço a nomeação de doze censores para os periódicos e folhas volantes (Agosto).

O Conselho de Regência reconhece D. Pedro I, Imperador do Brasil, como Rei de Portugal, sob o título de D. Pedro IV.

D. Pedro IV doa uma Carta Constitucional ao país, que assegura a liberdade de imprensa, e abdica do trono em favor da sua filha, a Rainha D. Maria II.

Decreto proíbe o pregão e venda de periódicos e ocasionais sem licença especial do Intendente Geral da Polícia (22 de Setembro).

1827

D. Pedro concede a regência a D. Miguel, na condição deste casar com D. Maria II.

Decreto de 20 de Junho proíbe a impressão de escritos onde se abordem assuntos cuja interpretação pertença exclusivamente ao poder legislativo.

Decretos de demissão de censores que permitiram periódicos contrários à Coroa e ao Estado (17 de Agosto e 13 de Setembro).

1828

Proposta de Lei sobre abusos de liberdade de imprensa (5 de Fevereiro).

D. Miguel regressa a Portugal e jura fidelidade à Carta Constitucional.

D. Miguel é proclamado Rei absoluto. Durante o Miguelismo desenvolvem-se perseguições à imprensa liberal que conduzem a uma acentuada diminuição do número de periódicos. Os liberais exilados fazem entrar clandestinamente no país jornais publicados no estrangeiro, como *O Português Emigrado*.

Decreto de abolição da Comissão de Censura, cujas competências são assumidas pela Mesa do Desembargo do Paço (16 de Agosto).

Revolta liberal.

1829

Liberais executados. Êxodo liberal.

Batalha dos Açores. Liberais mantêm o arquipélago. Guerra Civil.

1831

D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal abdica do trono imperial brasileiro.

1832

D. Pedro declara-se regente de Portugal em nome de D. Maria II.

Exército liberal desembarca perto do Porto e cerca a cidade.

1833

Liberais ocupam Lisboa.

1834

Portaria exige que a Comissão de Exame e Revisão de Escritos não permita a publicação de injúrias e ofensas (7 de Janeiro).

Legislação sobre liberdade de imprensa (5 de Dezembro) e Lei de Imprensa (22 de Dezembro). Novo surto de publicação de periódicos no país.

Batalha de Almoester termina com vitória liberal.

Batalha da Asseiceira termina com vitória Liberal.
Convenção de Évora-Monte. D. Miguel, derrotado, é exilado.
Extinção das ordens religiosas.
Fundação das Associações Comerciais de Lisboa e Porto.
Morte de D. Pedro IV. D. Maria II assume o trono por inteiro.

1835

Ensino primário obrigatório.
Carta de Lei clarifica a Lei de 22 de Dezembro de 1834.

1836

Revolução de Setembro repõe em vigor a Constituição de 1822, que inclui disposições sobre a imprensa.
Criação dos liceus para o ensino secundário.
Fundação de novas escolas superiores.
Legislação ratifica e assegura a liberdade de imprensa decretada na Constituição de 1832 (15 de Outubro).

1837

Inicia-se a publicação da revista de conhecimentos gerais *Panorama*.
Apreensão de periódicos condenados por infracções à Lei de Imprensa.
Carta de Lei que exige a autorização do Governo para publicação de jornais (14 de Julho).
Carta de Lei reguladora da liberdade de imprensa (10 de Setembro).
Portaria de 18 de Dezembro manda verificar se todos os periódicos possuem editores responsáveis pelos mesmos.

1838

Nova Constituição substitui a Constituição de 1822, incluindo disposições sobre a imprensa.
Primeira Exposição Industrial Portuguesa.
Nova portaria impõe a verificação da existência de editores responsáveis por todos os periódicos (22 de Março).

1839

Ascensão de Costa Cabral ao poder.
Legislação sobre abusos de imprensa (30 de Agosto).

1840

Carta de Lei proíbe durante um mês a publicação de periódicos, com excepção dos literários (14 de Agosto).
Cartas de Lei constringedoras da liberdade de imprensa (14 de Setembro e 19 de Outubro).

1842

Restabelecimento das relações com a Santa Sé.
Tratado com Inglaterra para abolição da escravatura.
Reposta em vigor a Carta Constitucional de 1826, com implicações para a imprensa.
Novo código administrativo.

1844

Passos Manuel reforma o ensino.

1846

Revolta da Maria da Fonte e queda de Costa Cabral.

Início da Guerra Civil da Patuleia.

Interdição dos jornais políticos, apesar de muitos terem continuado a ser publicados clandestinamente.

Golpe de Estado organizado por Costa Cabral.

1847

Convenção de Gramido imposta pelas potências estrangeiras. Fim da Guerra Civil.

1849

Construção das primeiras estradas de macadame.

1850

“Lei das Rolhas”, fortemente constrangedora da liberdade de imprensa (3 de Agosto de 1850).

1851

Queda definitiva de Costa Cabral e entrada na Regeneração.

Revogação da “Lei das Rolhas” (Maio)

1852

Publicação do Acto Adicional à Carta Constitucional.

Abolição da pena de morte para os crimes políticos.

Fontes Pereira de Melo inicia uma importante política de obras públicas.

Criação do ensino técnico e profissional.

1853

Morte de D. Maria II. Regência de D. Fernando, na menoridade de D. Pedro V.

1854

Libertação dos escravos do estado e importados por via terrestre.

1855

D. Pedro V é aclamado Rei.

1856

Primeira linha de caminho-de-ferro.

Lei de libertação dos escravos que desembarquem no Continente, ilhas adjacentes, Índia e Macau.

1859

Curso superior de Letras.

Tentativa de estabelecimento dos ingleses na baía de Lourenço Marques.

1860

Fundação da Associação Industrial Portuguesa e da Associação da Agricultura Portuguesa.

1861

Morte de D. Pedro V. D. Luís é aclamado Rei.

1862

Tratado de Tien-Tsin entre Portugal e a China. China reconhece a administração portuguesa em Macau até ao final do século XX.

1863

Ligação com Espanha e a Europa por caminho-de-ferro.

1864

Publicação do *Diário de Notícias*, primeiro jornal “industrial” português. Números experimentais saem no final de Dezembro, passando o jornal a ser publicado oficialmente no início de 1865.

1867

Abolição da pena de morte para os crimes civis.

Publicação do Código Civil.

1868

Revolta da Janeirinha, no Porto.

Início da publicação de *O Primeiro de Janeiro*.

1869

Abolição da escravatura em todos os domínios portugueses, com excepção de Macau.

1870

Portugal e Inglaterra unidos por cabo submarino.

1871

Conferências Democráticas do Casino.

1872

Criação da Fraternidade Operária.

Movimentos grevistas.

1873

Criação do Centro Republicano.

1874

Inauguração dos transportes públicos urbanos (os carros “Americanos”).

1875

Fundação do Partido Socialista Português.

Fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Publicação da *Revista Ocidental*.

Portugal garante direitos sobre Lourenço Marques.

1877

Início das viagens de exploração da África portuguesa (Serpa Pinto; Capelo e Ivens).

Telefone em Portugal.

1878

Fundação do Partido dos Operários Socialistas.

Iluminação eléctrica.

Partido Republicano elege o primeiro deputado, Rodrigues de Freitas, pelo Porto.

1879

Início da publicação de *A Voz do Operário*.

1880

Fundação da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, primeira organização “de classe” dos jornalistas.

1881

O Século inicia a publicação.

Inquérito Industrial.

1882

Fundada a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

1884

Início da publicação da revista semanal *Ilustração Portuguesa*.

Viagem de exploração de Angola a Moçambique, por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

Conferência de Berlim.

1886

Publicação do Mapa Cor-de-Rosa, indicando as reivindicações portuguesas aos territórios entre Angola e Moçambique.

1887

Fundação do Grupo Comunista-Anarquista de Lisboa.

Publicação do jornal *A Revolução Social*.

1889

D. Luís morre. D. Carlos é aclamado Rei.

Viagem de exploração e ocupação do Zambeze, por Paiva Couceiro.

Publicação da revista *Os Insubmissos*.

1890

Ultimato inglês contra as pretensões coloniais portuguesas em África.

Primeira comemoração do Dia do Trabalhador em Portugal.

Para coibir os “excessos e desmandos dos jornais políticos”, um decreto de 29 de Março suprime a intervenção do júri nos julgamentos por abuso de liberdade de imprensa e alarga a responsabilidade do delito do autor do escrito ao editor ou mesmo, na sua falta, ao dono da tipografia. O decreto previa, ainda a suspensão ou encerramento compulsivos dos jornais com base em delitos descritos de forma vaga.

1891

Congresso do Partido Republicano.

Revolta republicana de 31 de Janeiro, no Porto.

Lei regulamenta o trabalho de menores e mulheres nas indústrias.

Primeira mulher matriculada na Universidade de Coimbra.

1893

Inicia-se a publicação do jornal *O Velocipedista*, primeiro periódico desportivo nacional.

1894

Revolta nativa em Moçambique inicia um período de rebeliões constantes dos colonizados.

1895

Fundado o Partido Socialista Português, liderado por Azedo Gneco.

1896

Fundada a Associação de Jornalistas, por inactividade da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses.

1897

Fundação da Carbonária Portuguesa.

Fundação da Associação da Imprensa Portuguesa.

1898

Suspensão do decreto de 29 de Março de 1890 não faz abrandar a repressão sobre os jornais desafectos ao regime.

Congresso Internacional da Imprensa, em Lisboa.

1899

Vitória republicana no Porto, nas eleições.

Tratado de Windsor garante a integridade dos territórios portugueses em África.

1900

Publicação do jornal republicano *O Mundo*.

1901

Legalização da actividade das ordens religiosas que tinham sido expulsas pelo marquês de Pombal.

Criação do Centro Nacional Académico, mais tarde Centro Académico de Democracia Cristã, no qual Salazar participa.

1902

Nasce o Partido Nacionalista, de pendor nacionalista e católico.

1903

Greve dos metalúrgicos prolonga-se por semanas.

1904

Primeiro cinema inaugurado em Lisboa.

Surge a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, cuja actividade começará no ano seguinte.

1906

Inaugurada a Fundação do Círculo de Estudos Sociais Teófilo Braga.

Republicanos ligados com monárquicos oposicionistas ganham eleições para a Câmara Municipal do Porto.

Fundada a Escola Superior Colonial.

Criado o primeiro Liceu Feminino, em Lisboa.

Primeiro campeonato de futebol.

Publicação do jornal *A Luta*.

1907

Ditadura de João Franco.

Criada a Federação Geral do Trabalho, de orientação sindicalista e revolucionária.

Decreto sobre a imprensa de 11 de Abril institui os chamados “gabinetes negros”, conferências semanais dos agentes do Ministério Público para exame dos jornais da respectiva comarca.

Decreto de 20 de Junho atribui aos governadores-civis competências para apreenderem e suspenderem periódicos que atentem contra a ordem pública.

Suspensão temporária da publicação de *O Mundo* e *O País*.

A Associação de Jornalistas reformula os estatutos e passa a denominar-se Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses.

1908

Intentona revolucionária republicana abortada. Líderes republicanos são presos.

Regicídio. D. Carlos I e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe são mortos. D. Manuel II é aclamado Rei.

Congresso Nacional do Livre Pensamento, de pendor anticlerical.

Fundação da Academia das Ciências de Portugal, de cariz republicano.

Republicanos conquistam a Câmara Municipal de Lisboa e outras no sul do país.

Fundação do diário sindicalista *A Greve*.

Fundação do semanário anarquista *O Protesto*.

1909

Manifestação anticlerical organizada pela Maçonaria junta cem mil pessoas.

Facção revolucionária triunfa no congresso do Partido Republicano.

Cisão entre socialistas e anarco-sindicalistas.

1910

Partido Republicano obtém um resultado histórico nas eleições parlamentares.

Revolução Republicana (5 de Outubro). Exílio da Família Real. Teófilo Braga torna-se Presidente da República interino.

Governo republicano expulsa as ordens religiosas, fecha os conventos e extingue os títulos nobiliárquicos.

Extinção das faculdades de Teologia e Direito Canónico.

Lei do divórcio.

Lei da greve.

Revogação da legislação sobre imprensa de 1907. Decreto reinstalou a liberdade de imprensa sem “caução, censura ou autorização prévia” (28 de Outubro).

1911

Constituição da República acolhe os princípios sobre liberdade de imprensa estabelecidos no decreto de 28 de Outubro de 1910.

Assalto às redacções dos jornais monárquicos de Lisboa *Correio da Manhã*, *Liberal* e *Diário Ilustrado*.

Pastoral dos bispos condena legislação religiosa e da família, mas o Governo republicano proíbe a sua leitura nas igrejas e expulsa o bispo do Porto da sua diocese.

Greve ferroviária.

Criação do ensino infantil.

Lei da separação entre as igrejas e o Estado. Corte de relações com a Santa Sé.

Eleições para a Assembleia Constituinte, que decreta a abolição da Monarquia e a implantação da República.

Manuel de Arriaga é eleito Presidente da República.

Primeira incursão monárquica, capitaneada por Paiva Couceiro.

Instabilidade governativa. Os governos, mesmo os de maioria, suceder-se-ão em catadupa até 1926. As eleições também.

Fundação da Guarda Nacional Republicana.

1912

Declaração do estado de sítio em Lisboa no decurso de uma greve geral, com 30 dias de suspensão de garantias e censura prévia à imprensa.

Lei de 9 de Julho atribui às autoridades judiciais, administrativas e policiais competências para apreender jornais com base em motivos como o de serem “redigidos em linguagem despejada e provocadora contra a segurança do Estado, da ordem e da tranquilidade pública”.

Intensificação das medidas anticlericais. Os bispos de Viseu e Coimbra são proibidos de residir nas suas dioceses por um período de dois anos.

Formação de novos partidos políticos.

Monárquicos miguelistas e manulistas unem-se pelo Pacto de Dover.

Segunda incursão monárquica de Paiva Couceiro.

Primeira participação olímpica portuguesa é marcada pela morte do maratonista Francisco Lázaro.

1913

Primeiro governo do Partido Democrático, presidido pelo “Mata-Frades”, Afonso Costa.

Tentativa frustrada de golpe de Estado.

Suspensão da publicação de diversos jornais lisboetas.

Corte das relações diplomáticas com a Santa Sé e encerramento da Embaixada Portuguesa no Vaticano.

Sublevações monárquicas derrotadas em Lisboa (Julho e Outubro).

Legislação trabalhista responsabiliza patrões pelos acidentes de trabalho.

Partido Democrático tem maioria absoluta nas eleições parlamentares.

1914

Criação da União Operária Nacional, de tendência anarco-sindicalista.

Lançamento da revista *Nação Portuguesa*, defensora do Integralismo Lusitano, doutrina anti-republicana e antiliberal.

Tropas portuguesas chegam a Angola e Moçambique para impedir incursões alemãs. O afluxo de tropas às colónias continuará nos anos seguintes.

[Rebenta a I Guerra Mundial]

1915

Ditadura de Pimenta de Castro nos primeiros meses do ano.

Requisição dos navios alemães em portos portugueses.

Teófilo Braga assume interinamente a Presidência da República.

Bernardino Machado eleito Presidente da República.

1916

Alemanha declara guerra a Portugal. Constitui-se o Corpo Expedicionário Português, que irá combater em França, com 30 mil homens, sob comando do general Norton de Matos.

Tentativa de golpe de Estado de sectores contra a participação portuguesa na guerra.

Reintroduzida a pena de morte em situações de guerra.

Lei 495, de 28 de Março, institui a censura preventiva durante a guerra.

1917

Embarque da primeira brigada do CEP, capitaneada pelo então coronel Gomes da Costa, para França. Embarque posterior do resto das tropas.

Aparições de Fátima.

Sidónio Pais toma o poder (8 de Dezembro) e, na dupla condição de Presidente da República e do Governo, assume poderes ditatoriais. Afonso Costa é preso e Bernardino Machado destituído.

Aparece o jornal *A Monarquia*.

Devido às arbitrariedades dos censores, a Lei 815, de 6 de Setembro de 1917, restringe a acção da censura às notícias prejudiciais às operações das forças armadas e à defesa nacional.

Abolição da censura por Sidónio Pais (8 de Dezembro), embora se tenha impedido o reaparecimento de jornais já suspensos ou a fundação de novos periódicos sem autorização prévia do ministro do Interior.

1918

Tentativa frustrada de derrube de Sidónio Pais, em Janeiro.

Portaria n.º 1149, de 9 de Janeiro, permite aos governadores civis suspenderem por tempo indeterminado as publicações que “em linguagem despejada pretendam perturbar a segurança pública”.

Decreto n.º 4082, de 13 de Abril, restabelece a censura prévia.

Nova lei eleitoral decreta o sufrágio universal masculino, incluindo para analfabetos. Até então, a participação em eleições estava limitada a uma minoria masculina alfabetizada e com posses.

Sidónio Pais faz-se plebiscitar Presidente da República por sufrágio universal.

Restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé.

Batalha de La Lys, em França, termina com vitória alemã. Os portugueses perdem sete mil homens.

Tentativa frustrada de golpe de Estado anti-sidonista em Outubro.

Sidónio Pais é assassinado, em Dezembro. O governo é assumido por sidonistas.

Castello Lopes lança o cinejornal *Jornal do Condes*.

[Fim da I Guerra Mundial]

1919

Revolução a partir de Santarém restabelece a Constituição de 1911.

A Monarquia é proclamada no Porto, por Paiva Couceiro. A “Monarquia do Norte” dura um mês.

Frustrado pronunciamento monárquico de Monsanto, protagonizado por Aires de Ornelas, na sequência da Monarquia do Norte.

Abolição da censura prévia, a 28 de Fevereiro, sendo reposta totalmente a garantia constitucional da liberdade de imprensa.

Instituição do princípio das 48 horas de trabalho semanal e oito horas diárias.

António José de Almeida é eleito Presidente da República.

Oliveira Salazar, Gonçalves Cerejeira e outros professores são expulsos da Universidade de Coimbra pelo governo.

Fundação da Confederação Patronal e da Confederação Geral do Trabalho, de tendência anarco-sindicalista, que será encerrada no ano seguinte.

Criação da Faculdade de Letras do Porto.

Surgem novos jornais esquerdistas, como *A Batalha* (anarco-sindicalista) e *A Bandeira Vermelha* (comunista).

Ressurge o jornal *A Monarquia*.

A Secção Cinematográfica do Exército inicia a produção sistemática do “cinejornal” *Actualidades Portuguesas* e a Secção Cinematográfica do *Diário de Notícias* lança as suas *Actualidades Cinematográficas*.

[Tratado de Versalhes]

1920

Portugal na Sociedade das Nações, sendo Afonso Costa o primeiro representante do país.

Estado de sítio no Porto, após onda de greves.

1921

(Primeira) Greve geral dos jornalistas e trabalhadores da imprensa, durante quatro meses, organizada pela Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa e pela Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal.

Fundação do Partido Comunista Português.

Surge a revista *Seara Nova*.

Revolta radical em Lisboa. O chefe do Governo, António Granjo, e outros políticos são assassinados, durante a “Noite Sangrenta”. Manuel Maria Coelho, um dos revoltosos, forma governo, mas logo é derrubado.

1922

Travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Greve geral e declaração do estado de sítio em Lisboa.

1923

Manuel Teixeira Gomes é eleito Presidente da República.

I Congresso do Partido Comunista Português.

1924

Tentativas frustradas de revolução comunista em Lisboa (Agosto e Setembro).

A Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa passa a designar-se Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

Fundação da Casa dos Jornalistas por dissidentes da antiga Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa que não aceitaram a sua transformação em sindicato.

1925

Primeiras emissões regulares de rádio em Portugal através da estação P1AA, de Lisboa.

Pronunciamento militar anti-partidos. *O Século* é suspenso temporariamente por ocasião da tentativa de golpe de Estado (18 de Abril).

Burla das “verdadeiras notas falsas” de Alves dos Reis é descoberta e o seu autor preso.

Manuel Teixeira Gomes renuncia ao cargo de Presidente da República, sendo substituído por Bernardino Machado.

Nasce a Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

1926

Golpe de Estado militar. O Presidente da República demite-se e entrega o poder a Mendes Cabeçadas. Ditadura Militar.

A Assembleia e o Senado são dissolvidos.

António de Oliveira Salazar é nomeado ministro das Finanças, renunciando ao cargo dias depois.

A 22 de Junho, um ofício do segundo-comandante da polícia de Lisboa dirigido aos jornais da capital restabelece a censura.

Gomes da Costa publica, sem efeitos práticos, o Decreto n.º 11839, a 5 de Julho, no qual se garante a liberdade de imprensa, independentemente de censura, caução ou autorização prévia.

Gomes da Costa chefia novo golpe e assume o poder como chefe do Governo e Presidente da República.

Óscar Carmona derruba Gomes da Costa, que é desterrado para os Açores.

Decreto n.º 12008, de 29 de Julho, assinado por Óscar Carmona, reafirma, igualmente sem quaisquer efeitos, o princípio da liberdade de imprensa, independentemente de censura, caução ou autorização prévia.

Partido Comunista entra na clandestinidade.

1927

Tentativa de golpe anti-ditatorial é sufocada com centenas de mortes.

Tentativa de golpe dos adeptos do Integralismo Lusitano.

Medidas anti-sindicais, incluindo a proibição da Confederação Geral do Trabalho.

1928

Criada a Polícia de Informação do Ministério do Interior.

Óscar Carmona é eleito Presidente da República, sem oposição.

Separação de sexos nas escolas.

António de Oliveira Salazar é nomeado ministro das Finanças, com plenos poderes para controlar as finanças públicas.

Tentativa fracassada de golpe antiditatorial em Lisboa, protagonizada pelo Batalhão de Caçadores 7.

1929

Manuel Gonçalves Cerejeira, amigo pessoal de Salazar, é nomeado cardeal-patriarca de Lisboa.

Campanha do trigo.

1930

Promulgado o Acto Colonial.

São tornadas públicas as bases em que assentará o futuro partido único, a União Nacional.

O Partido Republicano é ilegalizado e muitos dos seus dirigentes são presos ou exilados.

Requerida a aprovação dos estatutos da Associação Portuguesa da Imprensa Técnica e Profissional.

Fundação do Sindicato da Pequena Imprensa e Imprensa Regional, na sequência do Congresso Internacional da Imprensa Regional. O novo sindicato irá instituir e atribuir o Bilhete de Identidade da Pequena Imprensa e Imprensa Regional.

1931

Primeiro número, ilegal, do *Avante!*, jornal do Partido Comunista Português.

Início da publicação do *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional.

Primeiras emissões do Rádio Clube Português. Na rádio, a censura exerce-se através de estruturas próprias da empresa ou de censores destacados para o efeito. Também se usavam como mecanismos de controlo a escuta permanente e a gravação de emissões.

Revolta militar na Madeira.

Encerramento da sede do Grémio Lusitano, início do processo de ilegalização da Maçonaria, que terminará em 1935.

Revolta em Lisboa provoca 40 mortos.

Concluído o processo de fusão, iniciado em 1928, entre a Casa dos Jornalistas e a Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, sob a alçada deste sindicato.

1932

Início da publicação do diário *Revolução*, órgão do Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto, de ideologia fascista. Será suspenso um ano depois, pois o regime não se revia nas teses nazi-fascistas de Rolão Preto.

D. Manuel II morre no exílio em Inglaterra. Salazar organizará funerais nacionais para o monarca.

Salazar assume a chefia do Governo, cargo que ocupará até Setembro de 1968.

Surge, por dissidência do Sindicato da Pequena Imprensa e Imprensa Regional, o Sindicato Nacional da Imprensa Portuguesa, ligado ao Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão preto.

1933

Promulgação da Constituição do Estado Novo. A Constituição do Estado Novo, paradoxalmente, garante o direito à liberdade de pensamento, mas também prevê que leis especiais regulamentem o exercício desse direito, para “impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social”.

Regulamentada a censura prévia pelo Decreto-Lei n.º 22469, de 11 de Abril. As comissões de censura ficam na dependência do Ministério do Interior, passando posteriormente para a dependência do Secretariado da Propaganda Nacional e ainda para a Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

Criação da Emissora Nacional, pública.

Criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, mais tarde Polícia Internacional de Defesa do Estado e ainda Direcção-Geral de Segurança.

Criado o Secretariado da Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro.

Criado o Tribunal Militar Especial para julgar os crimes contra a segurança do Estado.

Institucionalizada a Acção Católica Portuguesa.

Fundado o Sindicato Nacional de Crítica, por António Ferro, sob as bases da Associação de Crítica Dramática e Musical.

1934

Fracassa tentativa de greve geral revolucionária organizada pelo PCP.

Governo cria a Acção Escolar Vanguarda, primeira organização de juventude do estado Novo.

I Congresso da União Nacional.

Exposição Colonial.

Rolão Preto e outros dirigentes do Movimento Nacional-Sindicalista são presos e obrigados a exilarem-se. O movimento é ilegalizado.

Primeiras eleições para a Assembleia Nacional, a que só a União Nacional concorre. Pela primeira vez, três mulheres entram no Parlamento português.

Publicação dos estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas e início da sua actividade. Dissolução, por imposição governamental, do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e outras organizações de classe, por incompatibilidade com os princípios de organização corporativa e do regime do Trabalho Nacional do Estado Novo. O Sindicato Nacional da Imprensa Portuguesa vê os seus estatutos rejeitados pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, o que acarreta a sua extinção.

Instituída a Carteira de Identidade do Jornalista, atribuída pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, pelo decreto-lei n.º 24006, de 13 de Junho.

1935

Carmona reeleito Presidente da República.

Aposentação coerciva dos funcionários públicos não afectos ao regime.

Ilegalização das “sociedades secretas”, medida anti-maçónica.

Fundada a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, que visa ocupar os tempos livres dos trabalhadores.

Início das emissões da Emissora Nacional.

Tentativa frustrada de golpe de Estado apoiada por republicanos e nacional-sindicalistas.

Prisão de dirigentes do PCP.

1936

Criada a colónia penal para prisioneiros políticos do Tarrafal, em Cabo Verde.

Criação da Mocidade Portuguesa, organização de juventude do Estado Novo.

Rebelião frustrada de marinheiros comunistas.

Surge a Legião Portuguesa, organização para-militar do regime.

Salazar assume as pastas do Exército, para reorganizar as Forças Armadas, e dos Negócios Estrangeiros, por causa do clima pré-guerra na Europa e da Guerra Civil de Espanha.

Decreto-Lei n.º 26589, de 14 de Maio, enuncia as medidas preventivas e repressivas dos abusos de liberdade de imprensa, como as multas, apreensão e suspensão das publicações. A fundação de periódicos fica dependente de autorização prévia da Direcção dos Serviços de Censura e desde que reconhecida a idoneidade moral e intelectual dos promotores e estes fizessem prova dos meios financeiros da publicação.

Surgem rádios regionais privadas sustentadas pela publicidade, como os Emissores Associados de Lisboa, os Emissores do Norte Reunidos, a Rádio Altitude da Guarda, a Rádio Pólo Norte, o Posto Emissor do Funchal, a Estação Rádio da Madeira, o Rádio Clube de Angra e o Rádio Clube Asas do Atlântico.

[Rebenta a Guerra Civil em Espanha, que terminará em 1939.]

1937

Apesar da proibição de Salazar, vinte mil voluntários portugueses (“Viriatos”) juntam-se às tropas de Franco na Guerra Civil de Espanha.

Atentado falhado contra Salazar, perpetrado por anarquistas.

1938

Início das emissões da Rádio Renascença, Emissora Católica Portuguesa.

O Governo português reconhece a Junta de Burgos, do general Franco, como legítimo Governo de Espanha.

Secretariado da Propaganda Nacional passa a realizar periodicamente o cinejornal *Jornal Português*.

1939

Pacto Ibérico entre Portugal e Espanha.

Portugal recusa aderir ao pacto anti-comunista “Anti-Komintern” assinado entre a Alemanha nazi, a Itália fascista e a Espanha nacionalista.

Acordo com a Inglaterra para reapetrechamento das Forças Armadas portuguesas.

Salazar proclama a neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial.

[Início da II Guerra Mundial, que terminará em 1945.]

1940

Tricentenário da Restauração celebrado com a Exposição do Mundo Português, hábil iniciativa propagandística do regime.

Concordata com a Santa Sé.

Celebrado em Lisboa o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não-Agressão entre Portugal e Espanha, no âmbito do qual os signatários se comprometem a evitar um envolvimento directo dos países ibéricos na II Guerra Mundial.

1941

Celebrações do tricentenário do primeiro periódico português.

Universidade de Oxford atribui a Salazar o título de doutor *honoris causa*.

Tropas australianas e holandesas invadem de surpresa Timor-Leste com o pretexto de evitar uma invasão japonesa do território.

Alteração dos estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas e revisão do regulamento de atribuição da Carteira Profissional de Jornalista (anteriormente denominada Carteira de Identidade de Jornalista).

1942

Partida de um contingente militar português de Moçambique para Timor-Leste.

Óscar Carmona reeleito Presidente da República.

Cimeira ibérica de Sevilha une os dois ditadores, Salazar e Franco.

Os japoneses bombardeiam e invadem Timor-Leste sem reacção visível de Portugal, que mantém os laços diplomáticos com o Japão.

Greve na Carris.

Inauguração do aeroporto da Portela, em Lisboa.

1943

Greve agrícola, fomentada pelo PCP.

Acordo que dá facilidades à Inglaterra nos Açores.

Constituído o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), onde predominavam os comunistas.

Fundada a Casa dos Estudantes do Império Português, para enquadramento ideológico das elites dos povos colonizados que vinham estudar em Portugal.

1944

Portugal acede aos pedidos ingleses de suspensão da exportação de volfrâmio para a Alemanha nazi.

O MUNAF divulga um programa de Governo, na expectativa da queda do regime após o fim da guerra.

Americanos desembarcam em Timor-Leste.

Acordo concede facilidades militares aos Estados Unidos nos Açores.

Plano para electrificação de todo o país.

Fundação da primeira agência de notícias portuguesa, a Agência de Notícias e Informações (ANI), por Dutra Faria e Barradas de Oliveira. A ANI assina um contrato de prestação de serviços com o Estado.

Fundação da segunda agência noticiosa portuguesa, a Lusitânia, por Luís Lupi, vocacionada para a troca de informações entre a metrópole e as colónias.

1945

Fundada a TAP – Transportes Aéreos Portugueses, companhia “de bandeira” nacional.

Manifestações de regozijo pela vitória aliada na II Guerra Mundial.

Oposição autorizada a participar em eleições. Abrandamento da censura. Amnistia parcial dos crimes políticos.

A Assembleia Nacional concede ao Governo o poder legislativo, ficando restringida a um papel fiscalizador.

Nasce o Movimento de Unidade Democrática, da oposição não-comunista, mas não participa nas eleições por o Governo ter recusado adia-las, não dando tempo à oposição para fazer campanha eleitoral.

A oposição apela à abstenção nas eleições. Ainda assim, votam 56% dos eleitores, que dão mais uma vez a vitória à União Nacional. A partir deste momento, as eleições continuarão a realizar-se pontualmente de quatro em quatro anos, mas não passarão de uma farsa propagandística.

Inauguração do aeroporto de Pedras Rubras (Porto).

Os delitos de abuso de liberdade de imprensa passam a ser julgados pelos tribunais plenários de Lisboa e Porto, os mesmos que punem os crimes políticos.

1946

Manifestações em Lisboa e Porto exigem o fim da ditadura.

Criado o MUD juvenil, dirigido, entre outros, por Mário Soares, que viria a ser Presidente da República nos anos Oitenta.

A *Time* publica um artigo crítico para Salazar e o regime. O autor é expulso do país e a *Time* é proibida em Portugal durante seis anos.

Portugal apresenta o pedido de adesão às Nações Unidas, vetado pela URSS.

Derrotada tentativa de golpe militar.

Fundada na ilegalidade a Junta Militar de Libertação Nacional por militares democratas.

Repressão sobre o MUD. Vários dos seus dirigentes são presos, entre os quais Mário Soares.

1947

Frustrada a tentativa de golpe militar da Junta de Libertação Nacional.

Repressão generalizada sobre as manifestações e greves. Prisão de dirigentes do MUD. Demissão dos funcionários públicos acusados de participarem em “actividades ilegais” ou por “delito de opinião”.

1948

Início da utilização da base das Lajes, nos Açores, pelas forças armadas americanas.

Ilegalização do MUD.

O general oposicionista e democrata Norton de Matos anuncia a sua candidatura à Presidência da República.

Proibido o jornal *O Trabalhador*, da Liga Operária Católica.

1949

Norton de Matos abdica de concorrer à Presidência da República por duvidar da seriedade do acto eleitoral. Óscar Carmona é reeleito Presidente sem oposição.

Portugal é membro fundador da NATO.

Franco visita Portugal.

União Nacional ganha mais uma vez as eleições legislativas.

Portugal subscreve a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

1950

União Indiana reivindica a soberania sobre o Estado Português da Índia.

1951

Morre o Presidente Carmona, após 23 anos na chefia do Estado.

O almirante Quintão Meireles candidata-se à Presidência da República pela oposição não comunista, mas retira a candidatura por duvidar da democraticidade do acto eleitoral. Ruy Luís Gomes candidata-se ao mesmo cargo pela oposição comunista, mas é excluído do processo e agredido por agentes da PIDE e membros da Legião Portuguesa. O general Craveiro Lopes é eleito Presidente da República.

1953

União Indiana propõe, na ONU, a integração no seu território do Estado Português da Índia.

Repressão das manifestações contra o recrutamento forçado de mão-de-obra indígena provoca mais de mil mortos em São Tomé e Príncipe.

União Indiana encerra embaixada em Lisboa.

Criadas as Províncias Ultramarinas, em substituição do Império Colonial Português, formado pela metrópole e colónias.

Bloqueio naval de Goa pela armada indiana.

Nova vitória eleitoral da União Nacional, sem oposição.

1954

Encerramento da colónia penal do Tarrafal, onde, ao longo dos anos, morreram 32 prisioneiros políticos.

Formada, por Holden Roberto, a União das Populações do Norte de Angola, primeiro movimento anticolonialista nas Províncias Ultramarinas portuguesas.

O Reino Unido informa Portugal de que não intervirá no caso de conflito entre o país e a Índia.

União Indiana ocupa os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar Aveli.

1955

Portugal torna-se membro das Nações Unidas.

Representação portuguesa em Nova Deli encerrada por determinação do Governo indiano.

Frustrada uma primeira tentativa, "civil", de invasão dos territórios portugueses na Índia.

1956

Manifestações dos povos colonizados em Angola, Moçambique e Guiné exigem melhoria das condições laborais.

Greves em Lisboa.

Fundação Calouste Gulbenkian inicia as suas actividades culturais e científicas.

Fundados os movimentos independentistas Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, por Amílcar Cabral, e Movimento Popular de Libertação de Angola, por Agostinho Neto.

Protestos estudantis nas universidades portuguesas contra a diminuição da autonomia das associações de estudantes.

Emissões experimentais de televisão da RTP, em Lisboa.

1957

ONU condena a situação nas províncias ultramarinas portuguesas.

Visita da Rainha Isabel II a Portugal.

Início das emissões regulares de televisão da RTP. A censura à televisão é feita, tal como na rádio, por censores dentro da própria empresa.

Advogados protestam publicamente contra as práticas de tortura da PIDE.

I Congresso Republicano reúne a oposição democrática em Aveiro.

O “general sem medo”, Humberto Delgado, aceita apresentar-se como candidato da oposição não-comunista à Presidência da República.

Eleições para a Assembleia Nacional ganhas mais uma vez, sem oposição, pela União Nacional.

1958

Arlindo Vicente apresenta a sua candidatura, conotada com a oposição comunista, à Presidência da República. Retirá-la-á em benefício de Delgado.

Salazar informa Craveiro Lopes que, devido ao seu perfil esquerdista, não será novamente candidato do regime à Presidência da República. A escolha de Salazar recai sobre o contra-almirante Américo Tomás.

Campanha eleitoral de Humberto Delgado mobiliza enormes multidões, fenómeno imprevisível pelo regime, que se sente profundamente ameaçado, sobretudo depois de Delgado, questionado sobre o que faria a Salazar se ganhasse as eleições, ter respondido “Obviamente, demito-o!”.

Eleições presidenciais fraudulentas dão a vitória a Tomás, que seria Presidente até 1974.

O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, escreve a Salazar, contestando o regime.

Descoberta conspiração militar para derrubar o regime, dirigida por Humberto Delgado.

Holden Roberto funda a União dos Povos de Angola (UPA), em substituição da UPNA.

1959

Humberto Delgado pede asilo político à Embaixada do Brasil, em Lisboa, e parte, posteriormente, para este país.

Henrique Galvão, por seu turno, refugia-se na Embaixada da Argentina, depois de ter fugido do hospital de Santa Maria.

Humberto Delgado visita Londres a convite do Partido Trabalhista.

Descoberta conspiração para um golpe de Estado que envolve elementos da Acção Católica (“Revolta da Sé”).

O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, é impedido de entrar em Portugal no regresso de uma viagem a Roma, sendo forçado a exilar-se.

Portugal torna-se membro fundador da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).

Revisão da Constituição determina que o Presidente da República passe a ser eleito por um colégio eleitoral.

Massacre de 50 estivadores nativos grevistas na Guiné.

1960

Dirigentes do PCP evadem-se do forte de Peniche.

Tribunal Internacional de Haia reconhece a soberania portuguesa sobre os territórios de Dadrá e Nagal Aveli, ocupados pela Índia em 1954.

Sublevação campestre em Moçambique termina com um saldo de 500 mortos.

Portugal adere ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e ao FMI.

Nações Unidas condenam mais uma vez a política ultramarina portuguesa.

Fundação do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe.

1961

Revoltosos capitaneados por Henrique Galvão sequestram o paquete Santa Maria.

Massacres em Angola cometidos pelos portugueses e pelos indígenas da UPA de Holden Roberto provocam milhares de mortos. O MPLA assalta a Casa de Reclusão Militar, o quartel da PSP e a Emissora Nacional, em Luanda, provocando dezenas de mortos. O Exército Português intervém nos confrontos. Começa a Guerra Colonial.

Embarca para Angola o primeiro contingente português.

Falha tentativa de golpe de Estado protagonizada pelo ministro da Defesa, Botelho Moniz, que é demitido por Salazar.

Criação do Movimento Nacional Feminino.

O forte de São João Baptista de Ajudá, no actual Benim, é ocupado e incendiado após 280 anos de presença portuguesa.

Concedida a cidadania portuguesa a todos os habitantes “indígenas” ou “assimilados” das províncias ultramarinas.

Amílcar Cabral reclama a independência da Guiné e de Cabo Verde, recebendo resposta negativa do Governo português.

Palma Inácio desvia um avião da TAP e lança panfletos sobre Lisboa.

União Indiana invade Goa, Damão e Diu, ponto fim à secular presença portuguesa na Índia.

1962

Fracassa ataque ao quartel de Beja, dirigido por Humberto Delgado e pelo capitão Varela Gomes.

A rádio comunista Portugal Livre inicia emissões para Portugal a partir da Roménia.

Crise Académica após proibição da comemoração do Dia do Estudante. Violência policial conduz à demissão de Marcelo Caetano do cargo de reitor da Universidade Clássica.

A UPA transforma-se em Frente Nacional de Libertação de Angola.

Portugal adere ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio).

Portugal solicita abertura de negociações para aderir à CEE.

Fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), por Eduardo Mondlane.

Fundação, em Argel, da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN).

Fundação, na clandestinidade, do Movimento de Acção revolucionária (MAR) por dirigentes estudantis socialistas e católicos progressistas.

Alteração estatutária no Sindicato Nacional dos Jornalistas, permitindo a inscrição de directores, subdirectores e jornalistas da imprensa desportiva. O SNJ procurou actualizar o regulamento da Carteira Profissional à luz dos novos estatutos, mas não o conseguiu, pelo que a atribuição de carteiras profissionais esteve suspensa até 1974.

1963

Guerra colonial estende-se à Guiné, por acção do PAIGC.

Rádio Voz da Liberdade, da responsabilidade da FPLN, inicia emissões a partir de Argel.

1964

Fundação clandestina do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP) e da Frente de Acção Popular (FAP) por maoistas dissidentes do PCP.

Fundação, em Genebra, da Acção Socialista Portuguesa (ASP), por Mário Soares e outras personalidades oposicionistas.

Escolaridade obrigatória passa para seis anos.

Guerra colonial estende-se a Moçambique por acção da FRELIMO.

1965

PIDE assassina Humberto Delgado em Espanha.

Extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores após atribuição de um prémio ao livro *Luuanda*, de Luandino Vieira, que defendia a libertação de Angola.

Américo Tomás é reeleito Presidente da República por um colégio eleitoral, sem oposição.

República Federal da Alemanha inaugura a base aérea de Beja, para treino dos seus pilotos.

Mário Soares e outros dirigentes da oposição democrática são presos pela PIDE.

Encerramento da Casa dos Estudantes do Império.

Manifesto de católicos progressistas contra a Guerra Colonial e o silêncio da Igreja.

1966

Fundação da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), por Jonas Savimbi, intervindo logo a seguir na Guerra Colonial.

Reaberta a colónia penal do Tarrafal para os dirigentes independentistas de Angola, Guiné e Moçambique.

Portugal ratifica a Convenção da Organização Internacional do Trabalho que procura assegurar a igualdade salarial entre homens e mulheres pelo mesmo trabalho.

1967

NATO localiza um comando em Lisboa.

Papa Paulo VI participa no 50º aniversário das aparições de Fátima.

Publicação, em Roma, do jornal *Portugal Socialista*, no qual colabora Mário Soares entre outros dirigentes da oposição democrática.

A Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), dirigida por Palma Inácio, rouba o Banco de Portugal, na Figueira da Foz.

Greve dos trabalhadores dos transportes colectivos lisboetas (Carris) à cobrança de bilhetes.

Escândalo de pedofilia do *Ballet Rose* divulgado pelo jornal inglês *Sunday Telegraph*. Mário Soares é preso acusado de ser a fonte da notícia.

1968

Início da publicação do jornal *A Capital*.

Viagem presidencial de Américo Tomás a Cabo Verde e à Guiné.

Mário Soares deportado para São Tomé, sem julgamento, sendo posteriormente autorizado a regressar.

Salazar sofre uma queda que acaba por o incapacitar. Marcelo Caetano é indigitado presidente do Conselho de Ministros.

Encerramento do Instituto Superior Técnico, acusado de ser um centro subversivo. Os estudantes declaram “luto académico”.

1969

Crise académica, iniciada após uma mal sucedida visita de Américo Tomás à Universidade de Coimbra.

II Congresso Republicano reúne a oposição democrática em Aveiro.

O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, regressa do exílio.

Marcelo Caetano visita a Guiné, Angola e Moçambique.

Oposição comunista (CDE) e não comunista (CEUD) concorre às eleições para a Assembleia Nacional, mas a União Nacional elege fraudulentamente todos os deputados, entre eles Sá Carneiro e Pinto Balsemão, que se distinguem pelas suas posições liberais (“Ala Liberal”) e que, já em democracia, fundariam o Partido Social-democrata, tendo ambos vindo a ser primeiros-ministros de Portugal.

1970

Morte de Salazar.

União Nacional passa a designar-se Acção Nacional Popular.

Sá Carneiro e Pinto Balsemão apresentam na Assembleia Nacional um projecto de Lei de Imprensa no qual não há lugar para a censura prévia. Não chega, sequer, a ser discutido.

O papa Paulo VI recebe dirigentes da FRELIMO, MPLA e PAIGC, sob protestos do Governo português.

Criado, na clandestinidade, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), maoísta.

Fundação, na clandestinidade, da Intersindical, primeira central sindical portuguesa.

Atentados da Acção Revolucionária Armada, ligada ao PCP, contra a DGS, o Centro Cultural da Embaixada Americana e material de guerra.

Fundação da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) por personalidades da Ala Liberal e outros democratas.

1971

Revisão constitucional não consagra uma única das propostas dos deputados da Ala Liberal, que pretendiam democratizar o regime a partir do seu seio.

Nova lei de imprensa (Lei 5/71, de 5 de Novembro) substitui nominalmente a censura pelo Exame Prévio. Na prática, nada muda.

Decretado o “estado de excepção” nas universidades por causa da agitação estudantil.

Atentado da Acção Revolucionária Armada contra a base de Tancos permite a destruição de 16 helicópteros e 11 aviões.

Em nova acção, a ARA ataca as comunicações nacionais, que ficam cortadas durante horas.

Atentado das Brigadas Revolucionárias contra a base da NATO na Fonte da Telha.

D. António Ribeiro sucede a D. Manuel Gonçalves Cerejeira como cardeal-patriarca de Lisboa.

Portugal sai da UNESCO em protesto contra o alegado apoio da organização aos movimentos independentistas nas províncias ultramarinas.

1972

Acção Socialista Portuguesa, embrião do futuro Partido Socialista, liderada por Mário Soares, junta-se à Internacional Socialista.

Tratado de associação de Portugal à CEE.

Américo Tomás é reeleito Presidente da República por um colégio eleitoral.

PAIGC admitido como observador nas Nações Unidas.

Exército Português massacra 400 civis desarmados, incluindo mulheres, crianças e idosos, em Wiriyamu, Moçambique.

Vigília de católicos progressistas na capela do Rato, em Lisboa, acaba com a prisão dos envolvidos.

1973

Início da publicação do semanário *Expresso*, de Pinto Balsemão, ligado à Ala Liberal.

O jornal inglês *Times* revela o massacre de Wiriyamu.

Sá Carneiro e Miller Guerra renunciam aos mandatos de deputado na Assembleia Nacional, sendo seguidos pela maioria dos deputados da Ala Liberal.

III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro.

Marcelo Caetano visita Londres, onde é confrontado com manifestações de protesto.

Primeiras reuniões clandestinas de capitães e outros oficiais das Forças Armadas, inicialmente provocadas pelo descontentamento dos oficiais de carreira pela promulgação de um decreto-lei que permitia aos oficiais milicianos a passagem ao quadro permanente. A 24 de Novembro, o Movimento dos Capitães discute pela primeira vez a hipótese de um golpe de Estado para derrubar o regime. A 8 de Dezembro, é eleita a Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães, composta por Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Vítor Alves.

Tentativa de golpe de Estado da extrema-direita, liderada pelo general Kaúlza de Arriaga, é denunciada pelo major Carlos Fabião.

O líder do PAIGC Amílcar Cabral é assassinado em Conakry.

Proclamação unilateral, pelo PAIGC, da independência da Guiné-Bissau, reconhecida pelas Nações Unidas.

Eleições para a Assembleia Nacional sem a participação da oposição.

Brigadas Revolucionárias sabotam vários quartéis lisboetas.

Ação Socialista Portuguesa transforma-se no Partido Socialista, em reunião realizada na República Federal da Alemanha.

Congresso dos Combatentes do Ultramar, no Porto, defende, por maioria, a continuação da política do Governo para as províncias ultramarinas e a Guerra Colonial.

1974

O general António de Spínola publica o livro *Portugal e o Futuro*, ameaçador para o regime e as suas políticas.

Os generais Costa Gomes e António de Spínola, chefe e vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, são desafiados por Marcelo Caetano a tomarem conta do poder.

O Movimento dos Capitães aprova as bases do programa do Movimento das Forças Armadas.

Marcelo Caetano pede a demissão ao Presidente da República, que não a aceita.

Cerimónia de apoio ao Governo leva à Assembleia Nacional grande número de oficiais generais, logo alcunhados de “Brigada do Reumático”.

O Governo demite Costa Gomes e Spínola, argumentando com a ausência destes da cerimónia de apoio ao Governo.

Tentativa golpista frustrada de oficiais spinolistas, a partir das Caldas da Rainha.

Movimento das Forças Armadas é bem sucedido no golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, que derruba o regime.

Nesse dia, vários jornais já não foram à censura.